

MINISTRO SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, AMIGO E COLEGA*

ADHEMAR FERREIRA MACIEL

Ministro Aposentado do Superior Tribunal de Justiça

O presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, dr. Aristóteles Atheniense, designou-me para proferir palestra sobre nosso homenageado, Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira.

O Ministro Sálvio, para quem ainda não sabe, foi o primeiro presidente de nossa Academia. Ocupava a Cadeira n. 10, cujo patrono é o desembargador Edésio Fernandes. Também integrou a Academia Brasileira de Letras Jurídicas, com a Cadeira n. 12, que tem como patrono o Ministro Luiz Gallotti, do Supremo Tribunal Federal. Era membro do Instituto dos Advogados de Minas Gerais.

Hoje, exatamente hoje, 5 de maio de 2014, o Ministro Sálvio estaria completando 75 anos de idade. Mas a Vida não quis que ele continuasse entre nós, e sua sentença, como sabemos, é irrecorrível.

Fui o escolhido para falar por uma razão muito simples: ser membro da Academia e ter-me privado da amizade e da confiança do Ministro Sálvio por meio século. Muitos aqui, é verdade, também mantiveram amizade e relacionamento de cinquenta anos ou até mais com ele. Mas nossa amizade, que principiou quando Sálvio era juiz de Congonhas do Campo (1969-1974), se consolidou nas peladas de futebol do Clube Forense, em Betim, no ano de 1974, intensificando-se em Brasília.

No STJ, embora pertencêssemos a Seções diferentes - ele da Seção de Direito Privado, e eu da Seção de Direito Público - nós nos víamos diariamente nos corredores que davam acesso aos auditórios das Turmas. Aos domingos andávamos impreterivelmente no Parque da Cidade, onde eu, sempre que podia, valia-me das suarentas e ofegantes oportunidades para tirar minhas dúvidas processuais, que eram muitas.

Parodiando a “toada” de Guimarães Rosa, diria que “*Sálvio, são muitos. Porém, são poucos aqueles que conhecem suas mil faces*”.

Para não ficar muito disperso - *porque mil são as faces* -, vou procurar concentrar-me, dentro do possível, no “Sálvio amigo e colega”. Não no “Sálvio jurista”. Não no “Sálvio idealizador de reformas e melhoria de leis processuais”, ou no “Sálvio doutrinador”, ou no “Sálvio da Escola Nacional da Magistratura” ou dos “Juizados Especiais”.

Há praticamente 10 anos, em 25 de junho de 2004, quando o Ministro Sálvio, já machucado pela doença insidiosa, fez seu discurso de posse como presidente da Academia Mineira de Letras Jurídicas, vim abraçá-lo aqui neste mesmíssimo palco do auditório das Faculdades Milton Campos. Lembro-me perfeitamente de suas palavras amigas: *Mais uma vez vamos trabalhar juntos!* Proféticas palavras! Ele, que ainda estava na ativa, assumiu pouco depois a Vice-Presidência do Superior Tribunal de Justiça. No fim de janeiro de 2006, pressionado por amigos e familiares, requereu sua aposentadoria, vindo trabalhar em nosso escritório de advocacia, em Belo Horizonte. Juntos, ainda tivemos tempo e oportunidade de elaborar alguns pareceres e memoriais.

O “Figueiredo” – como eu gostava de chamá-lo nas horas descontraídas - foi sempre estuante de vida. Punha alma em tudo que fazia. Sua alegria - alegria de criança - contagiava até os mais céticos e reservados.

Vou ilustrar o que digo com alguns fatos do dia a dia. Acontecimentos que eu mesmo pude testemunhar. Começo com um de seus temas preferidos - depois da Reforma do Código de Processo Civil Brasileiro, é claro – o “Clube Atlético Mineiro”. Sempre bem humorado em suas palestras, Sálvio não perdia oportunidade de invoca seu “Atlético”, do qual fora conselheiro. Em Brasília, no STJ, em todo festivo “cinco de maio”, data de seu aniversário, seus assessores e funcionários de gabinete mandavam fazer um grande bolo de chocolate em preto e branco com o escudo do Atlético. Antes de acender as velinhas, que iam aumentando ano após ano, o Ministro Sálvio enfiava sistemática e ritualmente o dedo indicador no bolo e dizia com um sorriso: *É p’ra dar sorte!*

Quando Sálvio tomou posse como Ministro do STJ, em maio de 1989, uma de suas primeiras preocupações foi organizar um torneio de futebol entre os

funcionários do STJ. Para dar o bom exemplo e mostrar suas habilidades que se revelaram nas praças e ruas de Salinas, também jogava. Era zagueiro.

Sálvio estava sempre alegre, de bom humor com a vida. Como andava com pressão arterial elevada, recebia visita regular do atento cardiologista do STJ. Muitas vezes, nos intervalos de sessões, o médico ao lhe medir a pressão, fazia cara feia. Sálvio não se intimidava e dizia descontraído: *Doutor, meça também a pressão no outro braço, pois de um braço só não vale!*

Outro fato, já por mim contado alhures, era a maneira pitoresca de recrutamento do pessoal de apoio de seu gabinete no STJ. O Ministro chamava um de seus assessores e recomendava-lhe que fizesse a seleção de servidores por Q.E. e não por Q.I. Em seguida explicava: *Q.I., todos têm! É condição sine qua non para se trabalhar nas secretarias do Tribunal. Mas no gabinete, o mais importante mesmo é o Q.E., pois o funcionário, além de ter de se relacionar bem com os colegas, tem que atender polidamente as partes e advogados...*

Mais um episódio: a todo assessor novo, iniciante, a primeira recomendação de Sálvio era sempre: *Leia, por um mês seguido, Machado de Assis. Comece por Dom Casmurro. É a maneira mais segura de se aprender a redigir de modo claro e compreensivo.*

E, na prática, seus votos sempre se pautaram pela clareza. Ainda hoje é difícil abrir qualquer página de Código de Processo Civil Comentando sem se deparar com inúmeras ementas que ainda servem de luzeiro para advogados e juízes. Sálvio evitava palavras abstrusas, capazes de trazer ambiguidade. Sabiamente, diminuía os “embargos declaratórios”, uma das dores de cabeça do juiz apressado ou do advogado caturra.

Lembro-me de episódio pitoresco, que mostra sua capacidade de relacionamento e adaptação nas mais adversas situações. Participamos de um grande congresso jurídico em Manaus. Congresso internacional. Isso se deu na Semana Santa de 1995. Uma antiga juíza de direito da Comarca de São Gabriel da Cachoeira, que fica a 850 km de Manaus, nos convidou para visitar um hotel de selva do marido dela. Sálvio me

chamou e voamos para São Gabriel, no fim do Alto Rio Negro. Com a ajuda de um índio, descemos rio abaixo num barco de alumínio (“voadeira”). Nosso propósito era conhecer uma povoação indígena e entrar na floresta brava. Só que não havia ninguém na aldeia! Todos tinham ido à Missa de Páscoa. De repente, como por encanto, surgiu um índio troncudo, de cara fechada. Sálvio o chamou e, após alguns minutos de conversa, o convenceu a nos levar a um rasgo de floresta para que pudéssemos sentir as árvores gigantescas, ouvir o silêncio e respirar o ar doce e perfumado de selva.

De certa feita, já em nosso escritório de Belo Horizonte, pedi a uma conhecida minha para entrevistar o Ministro Sálvio. A entrevista foi toda filmada. Descontraidamente, Sálvio teve a oportunidade de contar um pouco do início de sua vida, nem sempre conhecido dos amigos. Contou que nasceu na cidade mineira de Pedra Azul. Com apenas um mês de idade, seus pais se mudaram para Salinas. Falou mais, que seu caráter extrovertido certamente advinha de seu pai, Albino Muniz Teixeira, que era baiano. Quando terminou o curso primário no Grupo Escolar “João Porfírio” (1947-1950), em Salinas, foi estudar, a pedido de sua mãe, Edith Veloso de Figueiredo Teixeira, no Colégio “Dois de Julho”, em Salvador. Tinha onze anos de idade, quando entrou num avião cargueiro, que o levou para a capital baiana. Terminado o “ginásio”, como então se dizia, veio para Belo Horizonte. Estudou no Colégio Batista e no Colégio Marconi. Bacharelou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (1963), da qual viria, mais tarde, a ser professor. Na Faculdade de Direito Milton Campos foi titular da cadeira de Direito Civil e Teoria Geral do Processo. De 1990 a 1994, lecionou na Universidade de Brasília.

À pergunta da entrevistadora sobre algum fato que lhe tenha marcado a carreira de juiz de primeiro grau, lembrou-se de caso ocorrido quando era o juiz titular da Vara de Menores da Comarca de Belo Horizonte. Mandara prender uma mulher que alugava uma criança para mendigar. A megera deixava que o menino ficasse bem sujo e picado de pernilongos. Essa desumanidade revoltante levou Sálvio a se interessar

mais de perto pelo Direito de Família. Escreveu o livro *Direito de Família e do Menor*, obra editada pela Editora Del Rey, com três edições sucessivas.

Um traço marcante de sua personalidade estava na disposição de ajudar a todos que cruzassem seu caminho. Eu mesmo sou imensamente grato a ele. Menos de uma semana antes de seu falecimento (15.02.2013), conversamos longamente por telefone. Ele me cobrou mais uma vez a publicação de um livro que eu começara a escrever quando ainda me achava no STJ. Sálvio disse: *Não se preocupe em ganhar dinheiro na advocacia. O livro é a semente que fica.*

(*) Palestra proferida no Auditório das Faculdades “Milton Campos”, na Grande Belo Horizonte, em 05.05.2014.